

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES, SABERES E PRÁTICAS PEDAGÓGICA DOS DOCENTES NA CIDADE DE UBERLÂNDIA/MG E A PROBLEMÁTICA DO RACISMO.

Benjamin Xavier de Paula – DICB/UFVJM; PPGED/PMCD/UFU¹

RESUMO: Neste trabalho abordamos a relação entre a formação dos professores, os saberes profissionais e as práticas educativas dos docentes, a partir da experiência da formação continuada desenvolvida na cidade de Uberlândia/MG, entre os anos de 2003 e 2008, com vistas à preparação dos professores para a implementação do disposto na Lei Federal 10.639/2003 que institui a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura da África e Afro Brasileira na Educação Básica.

PALAVRAS CHAVES: Ensino, Formação de Professores, Racismo, Lei Federal 10.639/2003.

1. A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES E A QUESTÃO DO RACISMO.

O debate acerca do racismo permeia todo o nosso trabalho, bem como, a maior parte da nossa produção intelectual do curso de graduação ao doutorado, não somente por conta da nossa trajetória militante, mas acima, por uma trajetória intelectual e científica que nos possibilitou a cada degrau da nossa formação acadêmica ir construindo e edificando este arcabouço teórico que hoje se vislumbra nesta pesquisa.

Nossa trajetória recente evidencia que as instituições educativas e particularmente as instituições de ensino superior, rechaçam e se esquivam do debate

¹ Bacharel e Licenciado em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP; Mestre em Educação Pela Universidade de São Paulo - USP; Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU; Professor Assistente na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM; Bolsista Programa Mineiro de Capacitação Docente PMCD/CAPES/FAPEMIG; e, integrante do Grupo de pesquisa Formação Docente, Saberes e Práticas de Ensino de História e Geografia – UFU.

acerca das relações raciais quando o assunto é a problemática do racismo, talvez, por medo de revelar uma das suas faces mais sensível e menos racional: o racismo institucional, que é fruto do racismo pessoal.

Nossa trajetória atual evidencia que os pesquisadores brasileiros, esquivam-se do debate sobre o racismo na pesquisa científica por todos os meios necessários, inclusive para a apelação ao senso comum em substituição ao bom senso, quando preciso for.

Mas porque o debate sobre o racismo se tornou este “bicho papão” para os professores, educadores e pesquisadores, quer seja no âmbito da educação básica, quer seja no ensino superior, e principalmente neste segundo nível de ensino.

A implementação de um conjunto de políticas públicas voltadas para as ações afirmativas para negros e afrodescendentes no Brasil, em meados dos anos de 1990, e com maior intensidade a partir do ano de 2001² no Brasil, escancarou um debate que até então permanecia oculto pelo mito da democracia racial que ocultava uma ideia subliminarmente propagada na sociedade acerca da existência de um racismo cordial³.

No ensino superior brasileiro, o debate acerca da implementação da Lei Federal 10.639-2003, da instituição de cotas raciais no ensino superior, e, da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, trouxe para dentro das instituições de ensino superior a problemática do racismo, pois, “tirou do armário” aqueles que escondiam por traz das suas teses acadêmicas o seu racismo.

No ano de 2005 instituímos no âmbito da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia – FACED-UFU, um Grupo de Pesquisa intitulado “Racismo e educação: desafios para a formação docente”, exatamente por entendermos que o debate acerca do racismo constituía-se num dos principais “gargalos” por quais passa o debate acerca da formação de professores no Brasil.

Neste mesmo ano, aprovamos no Conselho da FACED e junto a Pró Reitoria de Extensão da UFU – PROEX, um Programa de Formação Continuada de Professores;

² Ano da Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas contra o Racismo, a Xenofobia, a Intolerância e formas de Discriminação Correlatas, da qual o Brasil foi signatário, e que impulsionou em nível nacional um conjunto de medidas na resolução final da conferência.

³ A este respeito ver o capítulo 1 desta tese de doutorado.

um Grupo de Estudos e um seminário, ambos com o mesmo nome do Grupo de Pesquisa “Racismo e Educação: desafios para a formação docente”.

No ano de 2006 instituímos com muita insistência uma disciplina optativa no âmbito do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia, também intitulada “Racismo e Educação: desafios para a formação docente”.

Ainda no ano de 2006 atuamos ativamente na criação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de Uberlândia – NEAB-UFU, e neste, de uma linha de pesquisa intitulada “Racismo e Educação: desafios para a Formação docente”.

Também neste mesmo ano, e no ano de 2007, atuamos ativamente na organização do Programa de Formação Continuada de Professores da Educação Básica da PROEX-UFU, na coordenação do eixo 2 – gênero, raça e etnia, onde os debates acerca do racismo no âmbito da formação docente foram contemplados e incorporados.

Publicamos ainda um capítulo de livro, fruto da nossa atuação como docente da FACED-UFU, e alguns trabalhos com o mesmo título “Racismo e Educação: desafios para a formação docente”.

Todas estas iniciativas tinham como objetivo institucionalizar, mesmo que de forma marginal, correndo “por fora” dos órgãos centrais e orientadores da política universitária, o debate acerca do racismo no âmbito da formação de professores, como um tema recorrente.

Não temos dúvidas, que tal disposição esta contida subjetivamente ou mesmo objetivamente, é a própria razão de ser da Lei Federal 10.639/2003, do Parecer no. 032004 e da Resolução no. 01/2004 da Câmara Plena do Conselho Nacional de Educação – CNE-CP. Tal aparato jurídico normativa, parte do pressuposto que o currículo das instituições educativas tanto na educação básica, como no ensino superior, são instrumento de produção e reprodução do racismo na escola e na sociedade, portanto, fez-se necessário este arcabouço fundado na perspectiva de uma educação positiva para as relações étnico-raciais, como instrumento para a desconstrução do racismo em relação aos negros e afrodescendentes rumo ao reconhecimento e valorização destes na escola e na sociedade.

Esta ideia constituiu-se na presente pesquisa como uma hipótese. Por este motivo tal abordagem esteve presente, tanto nos questionários, quanto nas entrevistas que servirão de base para a nossa pesquisa.

Foi também por este motivo que buscamos selecionar uma amostra que cumprisse os preceitos da diversidade em todos os sentidos: de gênero, opção sexual, pertencimento racial, pertencimento religioso, diferentes níveis e modalidades de ensino, disciplinas e áreas de conhecimento dentre outros. O questionário e as entrevistas foram respondidas por professores católicos, protestantes, espíritas, pertencentes a religiosidades de matrizes africanas a ateus; por professores negros e brancos, ou mesmo de descendência indígena, da zona rural e das áreas urbanas de Uberlândia, militantes e não militantes do movimento negro, da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e II e do Ensino Médio, pertencentes à ONGs, dirigentes sindicais, dentre outros.

Tal diversidade foi teve como foco afastar qualquer suspeita de parcialidade na escolha dos entrevistados, cuja condição indispensável, é que tivessem participado das ações de formação continuada de professores da educação básica entre os anos de 2003 e 2008 na cidade de Uberlândia-MG.

2. HISTÓRIAS DA FORMAÇÃO: A VOZ DOS PROFESSORES.

Perguntamos então aos professores entrevistados, no que se refere a às relações étnicorraciais desenvolvidas no conjunto das práticas pedagógicas que envolvem a escola qual era a opinião dos mesmos. As possibilidades de respostas ofereciam cinco alternativas de acordo com o disposto na próxima tabela.

TABELA I

Respostas dos professores entrevistados quanto ao conjunto das relações étnicorraciais que se desenvolvem no conjunto das práticas pedagógicas que envolvem a escola.

	Quantidade	Percentual
Hoje as relações étnico-raciais na escola são trabalhadas de forma positiva, todos são respeitados e tratados com igualdade;	00	00
Hoje as relações étnico-raciais na escola são trabalhadas de forma positiva, embora ainda haja muitas mudanças necessárias;	25	62,5%

Ainda hoje as relações ético-raciais no conjunto das práticas pedagógicas que envolvem a escola são tratadas de forma negativa, é necessário reeducar as relações para uma prática das relações raciais positivas;	15	37,5%
Ainda hoje as relações ético-raciais no conjunto das práticas pedagógicas que envolvem a escola são tratadas de forma negativa, não há o que fazer, é preciso mudar tudo;	00	00
Não tenho opinião formada.	00	00
Não respondeu	00	00
Total	40	100%

FONTE: Dados coletados pelo autor por meio de questionário aplicado ao universo dos professores entre março e dezembro de 2010.

Verifica-se que, de forma geral, o professor da educação básica identifica uma mudança na forma de abordagem das relações raciais e étnicas no universo escolar, embora, identifique também, que a maior parte destas mudanças ainda não foram feitas e ainda estão por fazer.

O segundo grupo de professores em número significativo, consideraram que ainda hoje as relações étnico-raciais são tratadas de forma negativa, com vistas a inferiorizar os grupos raciais menos favorecidos da sociedade, dentre os quais, os negros, bem como, que é necessário adotar medidas para reeducar as relações existente no interior de nossas escolas.

Em síntese, o que difere o primeiro grupo de professores no segundo, é que o primeiro reconhece alguns poucos e tímidos avanços no que diz respeito ao tratamento das relações etnicorraciais no universo das práticas pedagógicas escolares, e o segundo, não é tão otimistas. Mas ambos, ou seja, 100% (cem por cento) dos professores entrevistados apontam para a necessidade de mudança no atual patamar das relações etnicorraciais desenvolvidas no conjunto das práticas pedagógicas escolares.

Em seguida perguntamos então aos professores entrevistados, de forma mais específica, qual era a opinião dos mesmos em relação ao racismo no universo escolar, a resposta dos professores estão expostas na tabela seguinte.

TABELA II
Resposta dos professores referente à problemática do racismo no universo escolar.

	Quantidade	Percentual
--	------------	------------

O racismo em relação aos alunos negros e afrodescendentes constitui-se num dos principais desafios para a educação, e muito pouco se fez para mudar esta situação;	12	30%
O racismo em relação aos alunos negros e afrodescendentes constitui-se num dos principais desafios para a educação, porém, muita coisa está mudando rumo a uma educação positiva das relações étnico-raciais na escola;	26	65%
O racismo nunca existiu, haja vista que na escola todos são tratados iguais e tem as mesmas oportunidades;	01	2,5%
O racismo nunca existiu, pois, não existe raça;	00	00
Não tenho opinião formada;	00	00
Não respondeu;	01	2,5%
Total.	40	100%

FONTE: Dados coletados pelo autor por meio de questionário aplicado ao universo dos professores entre março e dezembro de 2010.

De modo geral, verifica-se que 95% (noventa e cinco por cento) dos professores entrevistados reconhecem que o racismo existe no universo das relações étnicorraciais na escola e constitui-se num dos principais problemas a serem enfrentados pelos diferentes atores.

A particularidade entre os dois grupos, é que o primeiro em maior número, reconhece muitas mudanças já ocorreram embora, muito ainda esteja por fazer; já o segundo grupo, é um pouco mais pessimista, ao reconhecer que muito pouco foi feito até o momento, restando ainda muito por fazer.

A abordagem dos entrevistados no que se refere à temática do racismo nas relações pedagógicas que se desenvolvem no cotidiano escolar, foi realizada por meio de duas questões gerais: a existência ou não de práticas racistas e discriminatórias em relação os alunos negros no ambiente escolar; e, a postura adotada pelas instituições escolares em relação e este assunto.

Perguntamos aos professores se nas instituições escolares existem práticas discriminatórias e racistas em relação aos alunos negros.

O professor Santos assim se reportou ao assunto,

Existe [...] Os professores não querem trabalhar a temática dentro de sala de aula. Eles desconhecem a temática, os livros didáticos ainda são poucos que abordam, embora o projeto político-pedagógico das escolas públicas do Município e do Estado eles tem que contemplar a lei 10.639. Mas eles

contemplam somente no papel. Os professores, poucos, procuram formação continuada pra educação das relações étnico-raciais. As atividades que são desenvolvidas na escola ainda são poucas, são mínimas (...) A escola está muito árida nessas questões. Os professores não estão motivados a trabalhar. Eles não têm conteúdo, eles vão trabalhar o que na Língua Portuguesa na questão das relações étnico-raciais? Eles não sabem. (SANTOS, 2011, informação verbal)⁴.

O professor reconhece a existência de práticas discriminatórias e racistas em relação aos alunos negros na escola, bem como identifica os principais fatores que possibilitam a existência destas práticas: a) a resistência dos professores em trabalhar com esta temática; b) A ausência de conteúdos referentes à temática nos livros didáticos; c) as escolas estão muito áridas em relação à questão.

No que se refere à resistência dos professores em trabalhar com a abordagem das relações raciais na escola a partir da perspectiva da existência de práticas racistas, cabe ressaltar que, conforme constatado neste mesmo estudo, tal temática ainda representa um tema espinhoso no campo das Ciências Humanas e da Educação.

Neste sentido a falta da abordagem destes conteúdos no âmbito da formação inicial em nível de magistério e de licenciatura que os preparassem para o tratamento positivo destas questões no âmbito do trabalho cotidiano nas instituições educativas, constituem-se num empecilho que, precisam ser solucionados tanto no campo da formação inicial como, da formação continuada dos docentes com vistas à implementação do disposto na Lei Federal 10.639/2003, da Resolução CNE/CP nº 01/2004, e do Parecer CNE/CP nº 03/2003.

A professora Rosa respondeu,

Eu penso e provo! A gente pode citar vários exemplos em que o aluno negro não é visto, é como se fosse anulada a existência dele. Eu queria citar um exemplo dentro dessas atuações. Chegou um aluno negro com esse corte “Neymar”, que está na moda. E aí a professora colocou em alto e bom tom na chegada do aluno “nossa, como que uma mãe tem coragem de fazer isso com um filho?”. Logo em seguida chegou um aluno branco com o mesmo corte. “Aí, ó, isso que eu estava falando. A mãe tem que perceber que não foi feito para ele esse corte. Olha que corte bonito está isso!”. Então, quer dizer, aí você atua, você interfere. Mais um aluno foi “agredido” (...) Eu interfiro, convido a professora para uma conversa, mostro para ela o que ela fez com a autoestima dessa criança e, normalmente, essa não é uma com quem eu trabalho diretamente. Mas mesmo nesse caso, eu fiz a interferência e falei

⁴ Entrevista concedida por SANTOS, Anderson Oramísio. **Entrevista I**. [nov. 2011]. Entrevistador: Benjamin Xavier de Paula. Uberlândia/MG, 2011.

com ela que a criança merecia um pedido de desculpa dela. Não sei, não tenho certeza, porque não é uma professora com quem eu atuo diretamente, se ela pediu desculpas para a criança. Mas, a todo momento, que percebo questões como essas, eu convido a pessoa para uma reflexão. (informação verbal)⁵.

O reconhecimento acerca da existência de práticas discriminatórias e racistas em relação aos alunos negros na escola, são identificadas pela professora a partir de duas vertentes: a invisibilidade e a estigmatização.

No que se refere à invisibilidade identifica a professora “é como se fosse anulada a existência dele”, é como se este aluno não existisse para a professora.

No que se refere ao estigma atribuído ao aluno negro, verifica-se que a estes, são atribuídos comportamentos, referências e lugares pré-estabelecidos de acordo com um juízo de valor que é sempre estabelecido partir da referência dominante que é a branco-eurocêntrica/eurocêntrica/ocidental. No exemplo verifica-se que ao aluno negro é atribuído o estigma/estereótipo “feio”, portanto, inapropriado para um corte de cabelo que pudesse lhe tornar “mais bonito”, ou, próximo de um ícone da moda que hoje é representado pelo jogadores de futebol, que estilizou o referido corte.

A professora Reis respondeu a nossa questão com as seguintes afirmações,

É muito visível na sala de aula o aluno negro ser percebido de duas maneiras: se ele é teimoso, se ele é levado, ele (vai para o fundo). Se ele não faz nada, se ele não perturba, ele é isolado. De toda forma, ele fica à margem. E isso aí é fruto do desconhecimento e da inoperância do profissional da educação, que não tem uma visão, não percebe que o aluno vai para o fundo da sala porque se sente inferiorizado. Ao invés de resgatar, trazê-lo para frente, sempre trazê-lo próximo, elogiando, mostrando as qualidades dele. Isso aí é uma briga constante que temos, porque do Conselho de Classe... eu já fico, assim, de sobreaviso. “É, fulano, fulano está de recuperação, está com nota vermelha”. Quem são esses fulanos? Mas porque que eles estão com notas vermelhas? O que você fez para aproximar deles, saber qual que é o grau de dificuldade? Muitas vezes passamos até por chata por ter esse comportamento. Mas é isso aí, a gente passa por tudo. (REIS, 2011, informação verbal)⁶.

⁵ Entrevista concedida por ROSA, Antônia Aparecida. **Entrevista II**. [nov. 2011]. Entrevistador: Benjamin Xavier de Paula. Uberlândia/MG, 2011.

⁶ Entrevista concedida por REIS, Aparecida de Fátima Calmin. **Entrevista III**. [jul. 2010]. Entrevistador: Benjamin Xavier de Paula. Uberlândia/MG, 2010.

Identifica a existência do racismo praticado em relação aos alunos negros na escola, a partir de uma dupla referência: como transgressor da regra – teimoso, levado; ou, como não adaptável ao convívio – “não faz nada, não perturba”.

Tal como na sociedade, a escola reproduz estes estereótipos negativos/estigmas que buscam estabelecer o lugar do negro na sociedade: na escola teimoso, levado vai para o fundo; na sociedade transgressor, criminosa, vai para a cadeia; na escola não perturbam não faz nada, é isolado, ignorado, esquecido, na sociedade, não possui competência, escolaridade, esperteza, vai para o subemprego ou para ocupações informais – seu lugar não é na universidades, nas ocupações de prestígio, nos postos de poder.

Tais relações desiguais são plantadas pela família como uma semente do racismo, posteriormente, são cultivadas e desenvolvidas na escola⁷. Na Educação Infantil, não dance com ele porque ele é negro, no Ensino Fundamental e Médio não sente ou faça grupo com ele porque ele é negro, na universidade seja contra as cotas raciais para negros – para aluno da escola pública pode, para deficiente pode, para aluno de baixa renda pode, para mulher pode, para negro não - na vida social, não ande com negro, não case com negro, não trabalhe com negro.

Ressalva a professora que a escola e os professores tem um papel fundamental no resgate e valorização da identidade e de autoestima do aluno negro, como forma de superar estas práticas racistas desenvolvidas nas instituições educativas.

Complementa a professora,

Em 2003, trabalhando com a turma de Ensino Fundamental (...) na minha sala com dois alunos – um branco, loiríssimo, e o outro, negríssimo. O aluno negro apelidou o branco de Xuxa; e branco apelidou o aluno negro de Vera Verão (...) Esses dois alunos se digladiaram verbalmente até que chegaram às vias de fato (..) um ficou suspenso e o outro foi para o Posto de Saúde receber pontos no rosto. Nós estávamos em um momento muito rico. Era mês de abril, próximo à Semana do Chorinho, e me veio na cabeça trabalhar a questão do Chorinho brasileiro para resgatar valores. Esse projeto valeu tanto que houve mudança de postura, de comportamento dessas turmas que eu trabalhava. No final do ano houve aprovação geral porque aquele aluno negro que era discriminado se sentiu valorizado, veio para o meio das discussões. Aquele aluno que era racista, preconceituoso, passou a perceber que, pela

⁷ A Este respeito ver; CAVALEIRO: Eliane. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

formação histórica do Brasil, ele não tinha nada de branco (...) a mudança de postura dos alunos foi de fundamental importância. (ROSA, 2011, informação verbal).

No excerto, nos da exemplo de como a escola e os professores podem resignificar as suas práticas curriculares por meio da abordagem dos conteúdos escolares a partir de referências culturais de matrizes africanas, com vistas a possibilitar por meio desta prática a valorização e reconhecimento da contribuição dos negros para a sociedade, e desta forma permitir aos alunos negros e brancos o desenvolvimento de relações de respeito mutuo e de valorização de ambas as identidades.

A professora Oliveira nos falou,

Existe. E há professores que têm muita dificuldade de romper com as atitudes racistas. As classificações, os alunos (...) elas continuam acontecendo (...) aquelas falas assim “ah, não é por que o fulano é negro, mas é o cabelo do aluno negro que é despenteado. É o cheiro desse aluno negro que às vezes sobressai mais do que o outro” (...) Eu tenho trabalhado [...] em nível do respeito do outro (...) o diálogo que tem de ser permanente. (OLIVEIRA, 2011, informação verbal)⁸.

Identifica que existem práticas discriminatórias e racistas em relação aos alunos negros no ambiente escolar.

No que se refere ao papel dos docentes frente a esta problemática, afirma que os mesmos ainda tem muita dificuldade em romper com as atitudes racistas que ainda são praticadas em relação á estes alunos negros.

As faces do racismo em relação às alunos negros segundo ela, são manifestadas por meio da atribuição pejorativa á aspectos de natureza física como a textura do cabelo, o cheiro do corpo, dentre outros atributos.

Para ela o diálogo com os alunos tem que ser à base da construção de uma educação antirracista que tenho no respeito ao outro aluno, a base da convivência e do relacionamento interpessoal em sala de aula.

Complementa a professora,

⁸ Entrevista concedida por OLIVEIRA, Carmen Lúcia. **Entrevista VI**. [nov. 2011]. Entrevistador: Benjamin Xavier de Paula. Uberlândia/MG, 2011.

[...] há casos em que a gente tem que trabalhar individual [...] às vezes no nível particular, fora do espaço da sala de aula [...] ele [o aluno] se sente tão agredido pelos colegas que se você vai conversar, ele acha que você é mais um que vai tratá-lo de forma discriminatória [...] Nem sempre é só o trabalho no coletivo que resolve. (OLIVEIRA, 2011, informação verbal)⁹.

Para a professora esta educação dialógica desenvolvida no âmbito coletivo por meio do diálogo permanente com os alunos acerca das questões que envolvem as práticas de racismo no ambiente escolar, constitui-se como o primeiro passo para a abordagem do problema, mas, por si só não é suficiente.

É necessário também a intervenção na esfera individual, por meio do diálogo particular com o aluno que é vítima do racismo, no sentido de valorizar a sua identidade de forma a possibilitar uma imagem positiva de si, bem como, evitar que se promova um processo de isolamento e um ambiente de hostilidade em relação a este aluno.

A professora Vanucci nos deu um exemplo da sua experiência,

No ano passado, que eu trabalhei, nós fizemos um desfile de penteado afro, e o que me surpreendeu? As crianças branquinhas, de olho azul, foram ao salão e fizeram penteado afro [...] no início, nós estávamos pensando que só os negros que viriam com os penteados. E não foi. Então a gente abriu pra escola toda fazer a inscrição. Quem quiser desfilar, fizesse um penteado e vinha com um penteado afro para o desfile. Foi muito legal o trabalho. (VANUCCI, 2010, informação verbal)¹⁰.

Na resposta a pergunta à professora entrevistada relatou a sua experiência desenvolvida no âmbito da sua prática pedagógica, que possibilitou aos alunos brancos e negros da escola, se envolverem numa atividade pedagógica que evidencia um postura antirracista dos alunos, por meio da valorização e reconhecimento dos estereótipos de origem africanas como referência estética não somente de beleza física, mas acima de tudo de identidade¹¹.

⁹ Entrevista concedida por OLIVEIRA, Carmen Lúcia. **Entrevista VI**. [nov. 2011]. Entrevistador: Benjamin Xavier de Paula. Uberlândia/MG, 2011.

¹⁰ Entrevista concedida por VANUCCI, Mariceli Vilela Miguel. **Entrevista XII**. [jul. 2010]. Entrevistador: Benjamin Xavier de Paula. Uberlândia/MG, 2010.

¹¹ A professora da Universidade Federal de Minas Gerais, Nilma Lino Gomes, abordou em sua tese de doutorado, como elementos estereótipos como a textura do cabelo, constitui-se em instrumento tanto de construção de práticas discriminatórias e racistas, quanto de reconhecimento e valorização da identidade da criança negra. A este respeito ver: GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP, 2002. (Tese de Doutorado) & GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar

A professora Pelegrini nos respondeu,

Olha, por isso eu falo que é importante à gente participar dos cursos. Eu não conseguia, não visualizava tanto essas práticas racistas em relação aos alunos afrodescendentes na escola. Do ponto de vista da instituição, no discurso, eu achava que isso não existia (...) Mas foi estudando essa temática que consegui entender que, no dia-a-dia, no exercício das relações interpessoais na escola, essas relações são discriminatórias são racistas. E a gente percebe, às vezes, na maneira do professor olhar o aluno, na maneira de valorizar ou não aquilo que o aluno afrodescendente faz. Ou na maneira de supervalorizar o que um aluno branquinho, loirinho, faz. Então, por exemplo, a partir desses cursos, observando as nossas práticas cotidianas na escola, eu comecei a observar [tais práticas]. Observei em uma época que havia na sala de aula uma aluna bem loirinha, dos olhos bem clarinhos, que acabava sendo queridinha de todos os professores. Então, não que eles tratassem mal o afrodescendente (...) mas no jeito de tratar superbem o que é o seu oposto, acabava atuando de uma maneira discriminatória. Eu acho que os cursos permitiram-me visualizar isso (...) consegui visualizar isso na escola, mas consegui visualizar isso em vários lugares da sociedade também, houve um clareamento dessa questão (...) As pessoas não mudam só porque você fala que elas devem mudar. Mudamos pelo conhecimento. (PELEGRINI, 2010, informação verbal)¹².

Ao reconhecer a existência de práticas discriminatórias e racistas em relação aos alunos negros no âmbito da escola, ressalta a importância da formação continuada como foco na Educação para as Relações Etnicorraciais e para o ensino e História e Cultura da África e Afro-brasileira como instrumento de resignificação e construção tanto dos saberes docentes quanto das práticas pedagógicas valorativas das relações raciais e étnicas positivas.

Nas falas da professora, foi somente por meio da participação nesta formação continuada que pode perceber, e visualizar a existência destas práticas no seu cotidiano, por meio do estudo desta temática.

Para ela a mudança de postura e atitudes dos professores em relação ao assunto, não é uma questão meramente de vontade, mas acima de tudo, de conhecimento. É por meio de uma formação continuada e consistente que possibilitem a estes professores a significação e resignificação dos seus saberes e práticas que as mudanças ocorrerão,

sobre o corpo negro e o cabelo crespo. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n.1, jan./jun. 2003-a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em 05/01/2013.

¹² Entrevista concedida por PELEGRINI, Rosa Maria. **Entrevista XIII** [jul. 2010]. Entrevistador: Benjamin Xavier de Paula. Uberlândia/MG, 2010.

pois, os professores não mudam porque queremos que eles mudem, mas, por meio de um processo de emancipação e empoderamento que somente pode ser alcançado por meio de uma formação continuada comprometida com estes propósitos.

Complementa a entrevistada.

E outra coisa (já passei por essa experiência): o próprio afrodescendente, dependendo da maneira como você aborda a questão no Ensino Médio, se retrai – até como uma maneira de se proteger. E, por exemplo, não reconhece que é vítima de discriminação. Por quê? Até para não se colocar, não externalizar a questão frente aos outros (...) a questão em si já é bastante melindrosa. O processo de conscientização do outro tem que ser feito com muito cuidado para não termos o resultado contrário. Então, para garantirmos isso de maneira a esclarecer as pessoas, a conscientizar, temos que ter bastante cuidado para que não aflore o contrário nos alunos. (PELEGRINI, 2010, informação verbal).

Esta observação evidenciada na fala da professora dá conta de um processo profundamente perverso de subjetivação do racismo nas estruturas da sociedade, por meio do qual, este constitui-se não somente como prática pedagógica vivenciada, mas também, como, ideologia subjetivamente introjetada nas relações interpessoais na qual o aluno negro, em busca de reconhecimento social no grupo de alunos de que faz parte, se sujeita a tal situação de racismo, evitando o debate sobre o assunto como forma de autoproteção.

A abordagem do assunto por parte do professor, não pode se dar por meio do aventurismo e da boa vontade; é preciso ter formação, segurança, e sensibilidade, pois, uma abordagem equivocada acerca deste assunto pode, além de contribuir para o agravamento do problema, ainda gerar situações de conflito entre os alunos, que em nada contribuirão para a melhoria das relações interpessoais entre eles, em na qualidade do ensino ministrado.

Constatamos que os professores entrevistados reconhecem a existência do racismo praticado em relação aos alunos negros nas instituições educativas, bem como, reconhecem também a importância da formação continuada como instrumento de empoderamento do professor para o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas.

3. O PAPEL DA ESCOLA FRENTE ÀS PRÁTICAS RACISTAS.

Perguntamos então aos professores entrevistados se os mesmos entendiam que a escola combate ou dissimula o racismo.

A professora Rosa nos respondeu que,

Dissimula. A que eu trabalho dissimula. Tanto é que existe uma diferença muito grande de como se trabalha a questão do racismo no turno em que eu trabalho (eu trabalho de manhã) com a forma como se concebe a questão do racismo no turno que eu não trabalho. Existe essa diferenciação (...) De “não existência de racismo” [...] isso é uma questão “que não precisa ser discutida”, “o problema é social”. A gente ouve muito essa verbalização, que o problema é social [...] (ROSA, 2011, informação verbal)¹³.

Reconhece a professora que a escola dissimula o racismo. A ideia ainda presente no imaginário de muitos professores é de que o racismo não existe, de que as questões de diferenças na escola é uma questão acima de tudo social, portanto, a questão do racismo não existe, e não precisa ser discutida na escola.

A Professora Borges assim se manifestou sobre a enquete “Eu acho que a maioria dos professores ignora. Eles percebem que há racismo, mas eles fazem de conta que eles não têm que fazer nada”. (BORGES, 2010, informação verbal).

Evidencia que a indiferença é uma das principais atitudes dos professores diante das práticas discriminatórias e racistas em relação aos alunos negros; os professores ignoram e ao não interferir contribuem para o agravamento do problema – aquilo que vem do lar como a semente do racismo plantada pela família, na escola é alimentada e cultivada no aluno por meio da indiferença, em breve, e tornará um “baobá”¹⁴, algo tão grande, tão forte, e tão enraizado na sua formação cultural do aluno que estará naturalizado como algo que define o seu próprio ser, a sua identidade.

A professora Oliveira respondeu,

Tem os dois pontos. A escola como um todo, ela não combate (...) há muitos professores racistas. E às vezes eles dissimulam (...) Os professores sabem que é crime. Então às vezes dissimulam. Mas o racismo existe (...) existe um racismo que ele é silencioso e ele é dissimulado [...] Eu creio que a gente

¹³ Entrevista concedida por ROSA, Antônia Aparecida. **Entrevista II**. [nov. 2011]. Entrevistador: Benjamin Xavier de Paula. Uberlândia/MG, 2011.

¹⁴ Os baobás, embondeiros, imbondeiros ou calabaceiras são um gênero de árvore com oito espécies, nativas da ilha de Madagascar, do continente africano e da Austrália. O baobá é a árvore nacional de Madagascar e o emblema nacional do Senegal. FONTE: <WWW. pt.wikipedia.org/wiki/Baobá>.

ainda não chegou num ponto de trabalhar com o combate. Porque dentro de nós, muitos de nós, a maioria de nós, mesmo que às vezes trabalhando para acabar com o racismo, nós ainda temos atitudes racistas. (OLIVEIRA, 2011, informação verbal)¹⁵.

Reconhece a professora entrevistada que a escola como um todo não combate o racismo, dissimula. As formas de dissimulação deste racismo para ela são sutis, pois sabe-se que tal prática é considerada crime pela legislação penal.

Mas reconhece também que o racismo não é uma ação somente de intencionalidade, nele há também uma subjetividade que é de ordem cultural e social, pois, todos nós, temos um pouco deste racismo dentro da gente.

A professora Pelegrini assim respondeu a nossa questão,

[...] durante muito tempo, ela dissimulou esse racismo. E acho que não é só a escola, a sociedade brasileira como um todo dissimula o racismo. Mas as coisas têm mudado muito porque as escolas, justamente a partir dos cursos, das leituras, a partir, por exemplo, da própria legislação, a partir das cobranças, têm procurado mudar e tratar essa questão do ponto de vista do crescimento mesmo das pessoas (...) talvez não tão declarado do combate a racismo, mas, pelo menos, o discurso em relação à tolerância, o discurso em relação à diversidade, o discurso em relação à aceitação do outro é muito presente na escola hoje em dia (...) Você não vê uma cruzada em relação a racismo justamente porque as posturas racistas são mais dissimuladas (...) Se você desvaloriza o outro justamente porque ele é negro, há uma legislação que te pune por prática de racismo. Mas se você é declarado e discrimina o outro porque ele é gordo, não há uma legislação (...) que te pune, que considere um crime colocar o outro com demérito porque ele é gordo ou porque é estrábico. Então acho que a escola está tentando fazer essa discussão muito mais do ponto de vista da questão da diversidade. E aí, na diversidade, você inclui todos como diferentes, com características próprias, devendo ser respeitados do jeito como somos. (PELEGRINI, 2010, informação verbal)¹⁶.

Em sua fala evidencia que a escola e a sociedade dissimularam e dissimulam o racismo, porém, acredita que as coisas estejam mudando tanto na escola como na sociedade, pois, com a aprovação da Lei federal 10.639/2003 associadas às ações impulsionadas pela Lei como a formação de professores, a produção literária, e outras iniciativas, as escolas tem adotado uma mudança de postura.

¹⁵ Entrevista concedida por OLIVEIRA, Carmen Lúcia. **Entrevista VI**. [nov. 2011]. Entrevistador: Benjamin Xavier de Paula. Uberlândia/MG, 2011.

¹⁶ Entrevista concedida por PELEGRINI, Rosa Maria. **Entrevista XIII** [jul. 2010]. Entrevistador: Benjamin Xavier de Paula. Uberlândia/MG, 2010.

Reconhece que a postura de combate ao racismo ainda é algo distante – talvez porque o assunto ainda assusta, causa medo, e mexe com instintos mais humanos das instituições – porém, a temática já conseguiu chegar à escola ao nível do debate acerca da tolerância, da diversidade e do respeito ao outro¹⁷.

Conforme identifica a professora, a partir da perspectiva da diversidade, se “inclui” todos os diferentes, mas, sem adentrar na problemática que aflige a cada um dos grupos excluídos no interior da escola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

No que se refere à postura da escola em relação à existência de relações raciais no âmbito das instituições educativas que favorecem a prática do racismo, os professores entrevistados reconhecem que esta instituição permaneceu e permanece como dissimuladora do racismo no seu interior e na sociedade.

Estes professores reconhecem porém que, a partir da Lei Federal 10.639/2003, muitas iniciativas foram possíveis no âmbito destas instituições, que apontam caminho para que a perspectiva de uma educação antirracista um dia seja alcançada.

No entendimento destes professores, esta é uma tarefa de longo prazo e que precisará de esforços contínuos e permanentes no campo das políticas sociais, das políticas educacionais, e das políticas de formação continuada dos professores da educação básica.

Às vezes nos perguntamos se a nossa particularidade diante da sociedade criou uma psicopatia – o racismo – que somente nós sentimos o enxergamos. Busco então

¹⁷ Nesta mesma direção, os estudos acerca do multiculturalismo tem assumido no âmbito dos estudos no campo da educação uma espécie de meia culpa em relação ao debate acerca das relações raciais e da problemática do racismo - não admite-se o racismo abertamente e a necessidade de superá-lo – mas admite-se a diversidade cultural e a necessidade de contemplá-la no âmbito das políticas curriculares. Neste sentido, constitui-se o multiculturalismo para uma parte dos “bons racistas” na educação, como uma opção possível de negociação e aceitação. Aceita-se o debate acerca do multiculturalismo, mas não admite-se o debate acerca do racismo, assim, não precisaremos dar os nomes, apontar os responsáveis, identificar as suas causas, adotar as medidas necessárias. O que deveria servir como instrumento de análise torna-se fim em si mesmo. Isto explica por que Stuart Hall, que se identifica exatamente por negar a sua condição de afro jamaicano e afro britânico em nome de uma suposta “identidade híbrida”, tem se tornado uma das principais referências teóricas para aqueles pesquisadores que pretendem debruçar sobre a temática das relações raciais no campo das ciências Humanas e Sociais, e particularmente, na educação, porém, sem esbarrar no assunto indigesto, chamado “racismo”. A este respeito ver capítulo I desta tese de doutorado.

colocá-la diante de outras particularidades que não são o padrão de aceitação: de gênero, de opção sexual, étnicas, etc... Quando os europeus promoveram aqui no Brasil e na América Latina o extermínio dos povos nativos, os Yanques na América do Norte fizeram o mesmo, acreditavam que “isto era o correto”, porque somente olhavam a partir dos seus interesses de lucro e riqueza, anulava o outro – e isto segundo a psicanálise é a verdadeira psicopatia – a personalidade desviante.

Nos damos conta então de que o racismo é uma psicopatia social, da qual, a sociedade tem que ser curada, pois ao contrário, permanecerá doente, e como toda psicopatia, a cura somente pode vir com a constatação da doença pelo paciente, e intervenção por meio de terapias eficazes, assim deve ser tratado o racismo na escola: com uma educação positiva das relações raciais e étnicas.

Se a formação continuada por si só não tem o poder de resolver todos os problemas da educação, bem como, da sociedade; no que se refere aos saberes docentes e as práticas pedagógicas de reconhecimento e valorização dos alunos negros e afrodescendentes, bem como, da sua história e cultura para a construção do tecido social da história e da cultura nacional, ela pode contribuir para o empoderamento dos docentes para que estes sejam sujeitos ativos e liderança neste processo.

6. REFERÊNCIAS.

PAULA, Benjamin Xavier de. **O ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileira: formação, saberes e práticas educativas**. Uberlândia/MG: Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – PPGED/UFU, 2013. (Tese de Doutorado - no prelo).